apreciando objetivamente os fatos e dados concretos constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as informações prestadas pelos candidatos, concluiu pelo seguinte julgamento, nos termos do art. 26, II da LCE nº 57/2006: à unanimidade, INDICOU o Promotor de Justiça FRANCISCO CHARLES PACHECO TEIXEIRA à promoção para o cargo de 3º PROMOTOR DE JUSTIÇA DE TUCURUI por ter obtido a maior pontuação na somatória das notas atribuídas pelos Conselheiros, com o total de 572,5 pontos. Integraram a lista de merecimento, para fins de consecutividade e alternância o Promotor de Justiça Arlindo Jorge Cabral Junior com 368,5 pontos e o Promotor de Justiça André Cavalcanti de Oliveira com 349 pontos.

2.2. Julgamento de Promoção à 2ª Entrância, para o cargo de 1º PJ DE BREVES, pelo critério de ANTIGUIDADE - ED-042/2018 - Processo nº 047/2018/MP/CSMP.

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, DEFERIU a inscrição dos candidatos abaixo relacionados, por preencherem os pressupostos objetivos do art. 89 da LCE nº 057, de 06 de julho de 2006:

GABRIELA RIOS MACHADO
LUIZ ALBERTO ALMEIDA PRESOTTO
SULDBLANO OLIVEIRA GOMES
JULIANA CABRAL COUTINHO ANDRADE
MÁRCIO DE ALMEIDA FARIAS
PALOMA SAKALEM
LUIZ DA SILVA SOUZA

ANDRÉ CAVALCANTI DE OLIVEIRA
PAULA SUELY DE ARAÚJO ALVES CAMAÇHO
ALINE NEIVA ALVES DA SILVA
JULIANA FREITAS DOS REIS
JOSÉ ALBERTO GRISI DANTAS
MONIQUE NATHYANE COELHO QUEIROZ
DAVID TERCEIRO NUNES PINHEIRO
ALEXANDRE AZEVEDO DE MATTOS MOURA COSTA
PATRÍCIA CARVALHO MEDRADO ASSMANN
BRUNO SARAVALLI RODRIGUES
FLÁVIA DE MIRANDA FERREIRA MECCHI
VANESSA GALVÃO HERCULANO
EMERSON COSTA DE OLIVEIRA

Os candidatos GERSON ALBERTO DE FRANÇA e JULIANA NUNES FELIX tiveram suas inscrições prejudicadas, considerando que foram removidos/promovidos há menos de seis meses do pedido de inscrição neste certame, não tendo, portanto, o critério objetivo previsto no art. 89, inciso VIII, da LCE nº 057, de 2006. O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, apreciando os dados constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as normas legais vigentes, nos termos do art. 26, III da LCE nº 057/2006, DECIDIU INDICAR, à unanimidade, a Promotora de Justiça VANESSA GALVÃO HERCULANO, que ocupa a 26ª (vigésima sexta) posição na lista de antiguidade da 1ª entrância, para promoção ao cargo de 1º PJ DE BREVES, em razão de ser a candidata mais antiga a concorrer no certame e não existir qualquer motivo que legitimasse a sua recusa.

2.3. Julgamento de Remoção na 1ª Entrância, para o cargo de PJ DE ULIANÓPOLIS, pelo critério de ANTIGUIDADE - ED-044/2018 - Processo nº 049/2018/MP/CSMP.

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, DEFERIU a inscrição dos candidatos abaixo relacionados, por preencherem os pressupostos objetivos do art. 89 da LCE nº 057, de 06 de julho de 2006:

HELEM TALITA LIRA FONTES BEDIN
JULIANA CABRAL COUTINHO ANDRADE
MÁRCIO DE ALMEIDA FARIAS
ADONIS TENORIO CAVALCANTI
ALINE NEIVA ALVES DA SILVA
JULIANA FREITAS DOS REIS

O candidato GERSON ALBERTO DE FRANÇA teve sua inscrição prejudicada, considerando que foi removido há menos de seis meses do pedido de inscrição, não tendo, portanto, o critério objetivo previsto no art. 89, inciso VIII, da LCE nº 057, de 2006. Os candidatos PAULA SUELY DE ARAÚJO ALVES CAMAÇHO e BRUNO SARAVALLI RODRIGUES tiveram suas inscrições prejudicadas, considerando que foram protocoladas em data anterior à sessão de julgamento de suas remoções, nos termos do art. 56, § 9º do Regimento Interno do CSMP.

Os candidatos GABRIELA RIOS MACHADO, JULIANA NUNES FELIX, PALOMA SAKALEM e ALEXANDRE AZEVEDO DE MATTOS MOURA COSTA desistiram de participar do certame.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, apreciando os dados constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as normas legais vigentes, nos termos do art. 26, III da LCE nº 057/2006, DECIDIU INDICAR, à unanimidade, a Promotora de Justiça HELEM TALITA LIRA FONTES BEDIN, que ocupa a 60ª (sexagésima) posição na lista de antiguidade da 1ª entrância, para remoção ao cargo de PJ DE ULIANÓPOLIS, em razão de ser a candidata mais antiga a concorrer no certame e não existir qualquer motivo que legitimasse a sua recusa.

2.4. Julgamento de Remoção na 1ª Entrância, para o cargo de PJ

DE MOCAJUBA, pelo critério de MERECEMENTO - ED-049/2018 - Processo nº 057/2018/MP/CSMP.

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, DEFERIU a inscrição do candidato THIAGO TAKADA PEREIRA, por preencher os pressupostos objetivos previstos no art. 89 e 90 c/c art. 98, todos da LCE nº 057/2006.

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, INDEFERIU a inscrição dos candidatos abaixo relacionados, considerando que se encontram em quintas partes da lista de antiguidade, subseqüentes:

MÁRCIO DE ALMEIDA FARIAS
EMERSON COSTA DE OLIVEIRA
ADONIS TENORIO CAVALCANTI
ALINE NEIVA ALVES DA SILVA
JOHN LUKE VILAS BOAS CARR

A candidata JULIANA NUNES FÉLIX teve sua inscrição prejudicada, considerando que foi removida há menos de seis meses do pedido de inscrição, não preenchendo, portanto, o critério objetivo previsto no art. 89, inciso VIII, da LCE nº 057, de 2006.

Os candidatos PAULA SUELY DE ARAÚJO ALVES CAMAÇHO e BRUNO SARAVALLI RODRIGUES tiveram suas inscrições prejudicadas, considerando que foram protocoladas em data anterior à sessão de julgamento de suas remoções, nos termos do art. 56, § 9º do Regimento Interno do CSMP.

A candidata GABRIELA RIOS MACHADO desistiu de participar do certame.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, apreciando objetivamente os fatos e dados concretos constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as informações prestadas pelo candidato, concluiu pelo seguinte julgamento, nos termos do art. 26, II da LCE nº 57/2006: à unanimidade, DECIDIU INDICAR o Promotor de Justiça THIAGO TAKADA PEREIRA à remoção para o cargo de PJ DE MOCAJUBA, sem a necessidade de atribuição de pontuação pelos Conselheiros, por ser candidato único a concorrer e preencher os pressupostos do art. 93, inciso II, alínea "b" parte final e VIII-A c/c art. 129, § 4º da Constituição Federal c/c art. 61, inciso IV da Lei Federal nº 8625/93, art. 151, inciso II, alínea "b" c/c 184, inciso II da Constituição Estadual e art. 90 da Lei Complementar Estadual nº 057/2006. Em razão da inexistência de outros candidatos que preencham os requisitos constitucionais, não ocorreu a formação de lista triplíce.

2.5. Julgamento de Remoção na 1ª Entrância, para o cargo de PJ DE PRAINHA, pelo critério de ANTIGUIDADE - ED-050/2018 - Processo nº 058/2018/MP/CSMP.

O Egrégio Conselho Superior, por unanimidade de votos, DEFERIU a inscrição do candidato BRUNO FERNANDES SILVA FREITAS, por preencher os pressupostos objetivos do art. 89 c/c art. 98 da LCE nº 057, de 06 de julho de 2006.

Os candidatos WILSON GAIA FARIAS, OSVALDINO LIMA DE SOUSA e JULIANA NUNES FÉLIX tiveram suas inscrições prejudicadas, considerando que foram removidos há menos de seis meses do pedido de inscrição, não tendo, portanto, o critério objetivo previsto no art. 89, inciso VIII, da LCE nº 057, de 2006. Os candidatos HELEM TALITA LIRA FONTES BEDIN, JULIANA CABRAL COUTINHO ANDRADE e ALEXANDRE AZEVEDO DE MATTOS MOURA COSTA desistiram de participar do certame.

O Egrégio Conselho Superior, em sessão pública e votação aberta, nominal e fundamentada, apreciando os dados constantes no Relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público e as normas legais vigentes, nos termos do art. 26, III da LCE nº 057/2006, DECIDIU INDICAR, à unanimidade, o Promotor de Justiça BRUNO FERNANDES SILVA FREITAS, que ocupa a 42ª (quadragésima segunda) posição na lista de antiguidade da 1ª entrância, para remoção ao cargo de PJ DE PRAINHA, em razão de ser o candidato mais antigo a concorrer no certame e não existir qualquer motivo que legitimasse a sua recusa.

3. Apreciação de propostas de resolução:

3.1. Protocolo nº 39564/2018 - Proposta de alteração da Resolução 002/2009, que dispõe sobre o afastamento de membros do Ministério Público do Estado do Pará do exercício de suas funções, para frequentar cursos ou seminários de aperfeiçoamento e estudos, no país ou no exterior, encaminhada pelo Exmo. Conselheiro Suplente Luiz César Tavares Bibas e Secretária do CSMP.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, aprovou a proposta que altera a Resolução nº 002/2009-MP/CSMP, conforme texto abaixo.

Registrou-se a abstenção em votar do Exmo. Corregedor-Geral do Ministério Público, em exercício, Dr. Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves, e do Exmo. Conselheiro, Dr. Geraldo de Mendonça Rocha, apenas quanto a alteração referida no art. 1º da proposta aprovada.

RESOLUÇÃO Nº ____/2018/MP/CSMP, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2018

Altera a Resolução nº 002/2009/MP/CSMP, de 23 de junho de 2009, que dispõe sobre o afastamento de membros do Ministério Público do Estado do Pará do exercício de suas funções para frequentar cursos ou seminários de aperfeiçoamento e estudos,

no país ou no exterior e dá outras providências.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Órgão da Administração Superior, no uso de suas atribuições e CONSIDERANDO a necessidade de alteração e atualização da Resolução nº 002/2009/MP/CSMP, de 23 de junho de 2009, RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar os incisos V, VI e VII ao art. 5º da Resolução nº 002/2009/MP/CSMP, de 23 de junho de 2009, com a seguinte redação:

"Art. 5º
.....
.....

V- estiver respondendo a processo administrativo disciplinar (PAD);

VI- estiver respondendo a ação penal por crime sancionado com pena de reclusão;

VII- tenha sofrido qualquer penalidade disciplinar nos doze meses anteriores ao pedido de afastamento."

Art. 2º Alterar o art. 10 da Resolução nº 002/2009/MP/CSMP, de 23 de junho de 2009, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. O afastamento pode ser revogado, pelo voto da maioria dos integrantes do Conselho Superior, no caso de não ter frequência, de insuficiente aproveitamento ou se vier a responder a processo administrativo disciplinar (PAD)."

Art. 3º Alterar o inciso II do art. 12 da Resolução nº 002/2009/MP/CSMP, de 23 de junho de 2009, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12
.....
.....

II- apresentar relatório circunstanciado de suas atividades acadêmicas, com indicação da menção obtida, no prazo de noventa dias da data de encerramento do curso ou da realização das bancas correlatas."

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Autorizar a republicação consolidada da Resolução nº 002/2009/MP/CSMP no portal do Ministério Público do Estado do Pará (<http://www.mppa.mp.br/>).

SALA DE SESSÕES DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 13 de novembro de 2018.

3.2. Proposta de alteração do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, aprovou a proposta que altera o Regimento Interno do Conselho Superior, conforme texto abaixo.

RESOLUÇÃO Nº ____/2018-CSMP, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2018.

Altera o Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e dá outras providências.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Órgão da Administração Superior, no uso de suas atribuições e

CONSIDERANDO que compete ao Conselho Superior elaborar o seu Regimento Interno, nos termos do art. 26, inciso XII, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 6 de julho de 2006;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação e atualização do Regimento Interno do Conselho Superior;

CONSIDERANDO a decisão do Conselho Superior na 17ª Sessão Ordinária, realizada em 13.09.2018, item 2.1 da pauta, que deliberou no sentido de incluir o art. 90 da Lei Complementar Estadual nº 057, de 06 de julho de 2006, como avaliação da admissibilidade das inscrições,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o § 1º do art. 60 do Regimento Interno do Conselho Superior, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 60.
.....
.....

§ 1º O julgamento das inscrições deve se ater aos pressupostos objetivos para a promoção ou remoção de membros do Ministério Público, previstos no art. 89, incisos I a VIII, art. 90, art. 98, § 1º e art. 225, §§ 2º e 3º, da Lei Complementar Estadual nº 57, de 2006."

Art. 2º Alterar os Anexos II e III do Regimento Interno do Conselho Superior, que passam a vigorar com a redação dos Anexos I e II desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Art. 4º Fica autorizada a republicação consolidada do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público (<http://www.mppa.mp.br/>).

SALA DE SESSÕES DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, em 13 de novembro de 2018.

ANEXO I

REQUERIMENTO DE REMOÇÃO/PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE EXMO. SR. PRESIDENTE DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Promotor(a) de Justiça:

Integrante da ____ entrância